



LEI Nº 460

DE 03 DE Setembro DE 1993.

"DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE AOS SERVIDORES QUE EXERCEM TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES E PERIGOSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Exercício de trabalho em condições insalubres acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, e que exponham a pessoa humana a agente nocivos à saúde, assegura ao servidor municipal a percepção de adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente no País, segundo se classifiquem nos graus máximos, médio e mínimo no anexo I desta Lei.

Art. 2º) O exercício de trabalho de natureza perigosa e que implique em contato permanente com inflamáveis ou explosivos e que põe em risco acentuado a saúde e a integridade física, assegura ao servidor municipal a percepção de adicional de periculosidade de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente no País.

Art. 3º) O direito do servidor aos adicionais insalubridade e periculosidade cessará de pleno direito assim que houver a eliminação do risco à saúde ou integridade física à que estava exposto.

PUBLICAÇÃO  
DE 06/09/93  
PROCURADORIA JURÍDICA

CÂMARA M. O. P. O.
PUBLICADO
De 06/09/93
REC. PROTOCOLO



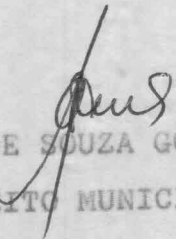
FL. 02

Art. 4ª) Cada Secretaria Municipal apresentará de seis em seis meses à Seção de Recursos Humanos, um relatório das atividades considerada insalubres e de periculosidade e fornecerá o nome dos servidores que exercem tais atividades.

Art. 5ª) Os efeitos pecuniários decorrentes do exercício de trabalho insalubre e perigoso, correrão por conta da Secretaria da respectiva atividade do quadro permanente do Poder Executivo e suas Autarquias.

Art. 6ª) O direito dos servidores aos adicionais e os efeitos desta Lei só entrarão em vigor após a data de sua publicação.

Art. 7ª) Revogam-se as disposições em contrário.

  
AGMAR DE SOUZA GOMES  
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO  
DE 03/09/93  
SECRETARIA JURÍDICA



LEI Nº 460

DE 03 DE Setembro DE 1993.

ANEXO I

RELAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM AGENTES BIOLÓGICOS CUJA INSA  
LUBRIDADE É CARACTERIZADA PELA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS GRAUS:

a) MÁXIMO

- trabalhos ou operações, em contato perma -  
nente com:

- pacientes em isolamento por doenças infec-  
to-contagiosas, bem como objetos de seu uso não previamente este-  
rilizados,

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos  
couros, pelos e de dejeções de animais portadores de doenças in-  
fecto-contagiosas (carbunculos, brucelose, tuberculose, etc),

- serviço Técnico em Radiologia (RAIO X) ou  
substâncias radioativas.

b) MÉDIO

- trabalhos e operações em contato permanen-  
te com pacientes, animais ou materiais infecto-contagiantes, em:

- hospitais, serviços de emergência, enferma-  
rias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimen-  
tos destinados aos cuidados da saúde humana e animais,

- contato em laboratórios, com pessoas ou  
animais, destinados ao preparo do soro, vacinas e outros produ-  
tos e agentes nocivos à saúde.

- esgotos ( galerias e tanques) e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

PUBLICAÇÃO  
DE  
PROCURADORIA JURÍDICA





LEI Nº 460

DE 03 DE Setembro DE 1993.

c) MÍNIMO

- trabalhos em contato permanente em:
- laboratórios de análises clínica e histopatologia ( pessoal técnico somente),
- gabinetes de autópsias, de anatomia e histopatologia ( pessoal técnico somente),
- cemitérios (exumação de corpos), e
- estábulos, cavalariças e canis

PUBLICAÇÃO  
DE 03 DE Setembro DE 1993  
PROCURADORIA JURÍDICA



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
09/09/93	Nº 326/93
RESPONSÁVEL	

PROC. 326/93
FOLHA 006

Exm<sup>o</sup>. Sr<sup>o</sup>.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO  
SEGUE O PRESENTE PROCESSO QUE RECEBI E MONTEI EM 09/09/93,  
PARA PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

*[Assinatura]*  
Olcymar Galimberti da Silva  
Serviço de Protocolo  
Port. 113-GP-CMOPO-01-06-93

Às Asses. Jurídico;

segue o presente processo p/ análise e posterior  
arquivo.

Em: 09/09/93

*[Assinatura]*  
Ao Protocolo  
Arquivar e arquivar.  
Em 09-09-93.  
Jose Nardim dos Anjos  
Assessor - Jurídico